

Sumário

Lista de Abreviaturas e Siglas	XIII
1 Introdução	1
2 A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	5
2.1 A origem da Lei de Proteção de Dados no Brasil: pressupostos históricos, justificativas, projetos de lei e a evolução das primeiras discussões sobre o legítimo interesse	7
2.1.1 Os projetos de lei que antecederam a LGPD	7
2.2 Breve descrição e principais características da lei	13
2.2.1 Fundamentos e aplicação da LGPD.....	18
2.2.1.1 O respeito à privacidade.....	20
2.2.1.2 A autodeterminação informativa	21
2.2.1.3 A liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião	23
2.2.1.4 A inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem.....	24
2.2.1.5 O desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação.....	24
2.2.1.6 A livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor.....	25
2.2.1.7 Os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais	28

2.2.2 Principais conceitos.....	29
2.2.2.1 Dados pessoais.....	30
2.2.2.2 Dados pessoais sensíveis	32
2.2.2.3 Titular dos dados pessoais.....	34
2.2.2.4 Controlador e operador	35
2.2.2.5 Encarregado de dados pessoais.....	37
2.2.2.6 Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)	38
2.2.2.7 Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais.....	40
2.2.3 Princípios da LGPD e sua importância no estabelecimento das diretrizes regulamentares sobre o legítimo interesse	41
2.2.3.1 Finalidade	41
2.2.3.2 Adequação	44
2.2.3.3 Necessidade	45
2.2.3.4 Livre acesso	47
2.2.3.5 Qualidade dos dados.....	49
2.2.3.6 Transparência	50
2.2.3.7 Segurança	52
2.2.3.8 Prevenção.....	53
2.2.3.9 Não discriminação	54
2.2.3.10 Responsabilização e prestação de contas	57
2.2.4 Alguns dos requisitos para tratamento dos dados pessoais similares ao legítimo interesse.....	58
2.2.4.1 Consentimento do titular	59
2.2.4.2 Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.....	60

2.2.4.3 Quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados.....	61
2.2.4.4 Quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.....	63
3 O Legítimo Interesse e Seu Papel no Contexto de Hipótese Legal de Tratamento de Dados Pessoais	65
3.1 O legítimo interesse na LGPD e suas origens inspiradas na <i>General Data Protection Regulation</i> (GDPR)	65
3.2 Legítimo interesse: histórico	68
3.3 Elementos, princípios e demais requisitos da LGPD considerados na avaliação da existência de interesse legítimo	76
3.3.1 Princípio da finalidade legítima	76
3.3.2 Princípio da necessidade voltado ao interesse legítimo	80
3.3.3 Princípio da transparência voltado ao interesse legítimo	81
3.3.4 Legítima expectativa.....	82
3.4 Considerações sobre os interesses legítimos do controlador e de terceiros	83
3.4.1 O interesse legítimo do controlador dos dados pessoais.....	83
3.4.2 O legítimo interesse de terceiro	86

4 O Legítimo Interesse Versus o Consentimento: Vantagens e Desvantagens em Relação aos Indivíduos e às Instituições	89
4.1 O que é o consentimento	90
4.1.1 O consentimento implícito.....	92
4.1.2 O consentimento implícito e o legítimo interesse	93
4.2 Qual a hipótese de tratamento mais recomendada ao indivíduo: legítimo interesse ou o consentimento?.....	94
5 Sobre a Aferição do Legítimo Interesse por Meio de Critérios Objetivos e a Necessidade de Regulamentação	97
5.1 Vantagens de se atribuir a aplicação do legítimo interesse a uma atividade de tratamento de maneira mais objetiva.....	97
5.2 Sobre os estudos e os casos concretos que devem permeiar a regulamentação sobre o legítimo interesse	100
5.3 Requisitos para a aferição do legítimo interesse	104
5.3.1 Probabilidade de existência dos riscos para o indivíduo e para as organizações a partir da criação de critérios objetivos para a aferição do legítimo interesse	108
5.4 Necessidade de regulamentação da base legal do legítimo interesse	110
5.5 Recomendações sobre as principais diretrizes e elementos que deverão constar em uma norma de caráter regulatório	112
Conclusão	117
Referências	119